



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS - MA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022.

Processo Administrativo nº 050/2022

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Montes Altos - MA, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.759.104/0001-60, com sede na Avenida Fabrício Ferraz - nº 192 - Centro, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal 008 e 009/2021, de 17 de fevereiro de 2021, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 12 de setembro de 2022

Horário: 08h20min (oito horas e vinte minutos)

Local: LICITANET – Licitações On Line no endereço <https://licitanet.com.br>

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o registro de preço para eventual e futura aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Transportes do Município de Montes Altos/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço por item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento para o presente certame será o cadastro do licitante no portal LICITANET – Licitações On Line no endereço <https://licitanet.com.br>.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no sistema e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. O custo de operacionalização e uso do sistema ficará a cargo do Licitante, que pagará ao provedor do sistema eletrônico o equivalente ao valor estabelecido pela mesma de acordo com os Planos de Adesão, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o seu regulamento operacional.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que atendam a todas as exigências deste edital, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas e seus anexos.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

- 4.1.1. Apenas o item 33, 241, 245 e 248 serão de ampla participação;
- 4.1.2. Os demais itens serão de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
- 4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:
- 4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- 4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;
- 4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- 4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;
- 4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).
- 4.4. Poderão participar deste Pregão os interessados que militem no ramo pertinente ao objeto desta licitação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos:
- 4.4.1. A participação nesta licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente Edital, bem como, a observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis, inclusive quanto a recursos. A não observância destas condições ensejará no sumário IMPEDIMENTO da proponente, no referido certame;
- 4.4.2. Não cabe aos licitantes, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens ou reclamação quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente o Edital e seus anexos, devendo estar em conformidade com as especificações do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);
- 4.4.3. Como requisito para participação no PREGÃO ELETRÔNICO o Licitante deverá manifestar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta de preços está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório, bem como a descritiva técnica constante do ANEXO I (TERMO DE REFERÊNCIA);
- 4.4.4. Somente poderão participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, via internet, os interessados cujo objetivo social seja pertinente ao objeto do certame, que atendam a todas as exigências deste Edital e da legislação a ele correlata, inclusive quanto à documentação, e que estejam devidamente credenciadas, através do site <https://licitanet.com.br/>;
- 4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.
- 5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**
- 5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.
- 5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

- 7.8. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de R\$ 0,02 (dois centavos)**.
- 7.9. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “**ABERTO**”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.10. A etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.11. A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o item 7.9, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 7.12. Na hipótese de não haver novos lances na forma estabelecida nos itens 7.9 e 7.10, a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 7.13. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, nos termos do disposto no item 7.10, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.
- 7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.18. O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO**, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.
- 7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:
- 7.26.1. no país;
 - 7.26.2. por empresas brasileiras;
 - 7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

- 7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- 7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.
- 8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**
- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 6º do art. 25 do Decreto Municipal nº 008/2021.
- 8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.
- 8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 8.3.2. Serão aceitos como comprovante de exequibilidade da proposta, os seguintes documentos, sem prejuízo de outros que forem julgados pertinentes: planilha de composição de custos, notas fiscais de entrada e saída, contratos e atas de registro de preços firmados com órgãos da Administração Pública.
- 8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.5. Quando a sessão for suspensa para a realização de diligência, o pregoeiro deverá informar no sistema data e hora para divulgar o resultado da mesma, bem como as providências que foram adotadas.
- 8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (horas), sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.6.3. Quando for concedido prazo para envio de documentos, nos termos deste edital, o pregoeiro deverá informar no sistema a data e o horário em que será retomada a sessão para a confirmação do recebimento dos mesmos e, se for o caso, o resultado decorrente de sua análise.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

- 8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

- 9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- c) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU.
- 9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>).
- 9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.1.2.1. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.
- 9.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digítaiis quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

- 9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.7. Para os documentos que não possuem prazo de vigência estabelecido pelo órgão expedidor, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta), contados a partir da data de sua emissão, com exceção do atestado de capacidade técnica
- 9.8. Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:
- 9.9. **Habilitação jurídica:**
- 9.9.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.9.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 9.9.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 9.9.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 9.9.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 9.9.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 9.9.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- 9.10. **Regularidade fiscal e trabalhista:**
- 9.10.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.10.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.10.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.10.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.10.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.10.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito e Certidão Negativa de Dívida Ativa;
- 9.10.7. prova de regularidade com a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débito e Certidão Negativa de Dívida Ativa;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

9.10.8. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10.9. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.11. **Qualificação Econômico-Financeira.**

9.11.1. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias contados da data da sua apresentação;

9.11.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.11.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.11.2.2. Caso o licitante seja cooperativo, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.11.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.11.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 1% (um por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.12. **Qualificação Técnica**

9.12.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, dentro do prazo estipulado, via *chat* ou *e-mail*, prorrogação do mesmo.

10.3. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo sem o envio da proposta pelo vencedor, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta de Preço fora do prazo, sendo realizado, pelo Pregoeiro, o registro da não aceitação da proposta.

10.4. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.4.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.5. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, com o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.5.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.6. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.7. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.8. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

10.9. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

11. DOS RECURSOS



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de 01 (uma) hora útil, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual (is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no sistema, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação será até 31 de dezembro do exercício financeiro em que for formalizado o contrato, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

17.5. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 22.1.3. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 22.1.4. apresentar documentação falsa;
- 22.1.5. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 22.1.6. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 22.1.7. não mantiver a proposta;
- 22.1.8. cometer fraude fiscal;
- 22.1.9. comportar-se de modo inidôneo;
- 22.1.10. falhar ou fraudar na execução do contrato.

22.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- 22.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 22.2.2. multa de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 22.2.3. multa de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 22.2.4. multa de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 22.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 22.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;
 - 22.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 22.1 deste item.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

- 22.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 22.3. As sanções previstas nos subitens 22.2.1, 22.2.5, 22.2.6 e 22.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 22.4. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 22.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 22.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 22.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 22.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 22.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 22.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei Federal nº 9.784, de 1999.
- 22.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.
- 22.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 22.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 22.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 22.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 22.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

- 23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.
- 23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.
- 23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.
- 23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 009/2021.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 24.2. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 24.3. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 24.4. Os pedidos de esclarecimento referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública.
- 24.5. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.
- 24.6. A impugnação ao Edital ou o pedido de esclarecimento deverão ser dirigidos ao Pregoeiro e encaminhados pelo sistema eletrônico, em dias úteis, das 08h às 12h, protocoladas na sede da Prefeitura Municipal de Montes Altos - MA ou encaminhadas através de e-mail no endereço eletrônico: **cpl.montesaltos@gmail.com**.
- 24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 25.1. Fica assegurado à Prefeitura Municipal de Montes Altos - MA o direito de, no interesse da Administração, sem que caiba aos licitantes qualquer tipo de reclamação ou indenização, adiar a data de abertura das propostas da presente licitação, dando conhecimento aos interessados através *e-mail* ou outro meio adequado, com antecedência mínima de 02 (dois) dias da data inicialmente marcada, como também o de alterar as condições deste Edital, as especificações e qualquer documento pertinente a esta licitação, ou ainda revogar o processo licitatório por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, a qualquer tempo.
- 25.2. A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições.
- 25.3. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

- 25.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 25.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 25.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 25.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 25.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 25.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 25.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Montes Altos - MA
- 25.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 25.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 25.13. O Pregoeiro ou a autoridade superior, em qualquer fase da licitação, poderá promover diligências objetivando esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.
- 25.14. Os documentos necessários à participação na presente licitação, compreendendo os documentos referentes à proposta de preço e à habilitação e seus Anexos, deverão ser apresentados no idioma oficial do Brasil.
- 25.15. Quaisquer documentos necessários à participação no presente certame licitatório apresentados em língua estrangeira deverão ser autenticados pelos respectivos consulados e traduzidos para o idioma oficial do Brasil por tradutor juramentado.
- 25.16. Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.
- 25.17. Serão aceitas somente cópias legíveis.
- 25.18. O Pregoeiro reserva-se ao direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.
- 25.19. Não serão considerados motivos para desclassificação simples omissões ou erros formais da proposta ou da documentação, desde que sejam irrelevantes e não prejudiquem o processamento da licitação e o entendimento da proposta, e que não firam os direitos dos demais licitantes.
- 25.20. As decisões do Pregoeiro, bem como os demais atos de interesse dos licitantes, serão comunicados diretamente aos licitantes, preferencialmente via 'e-mail'. Caso não possam ser feitas diretamente aos seus representantes, serão publicadas no Diário Oficial do Município de Montes Altos - MA
- 25.21. Na hipótese de o processo licitatório vir a ser interrompido, o prazo de validade das propostas fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que o feito estiver suspenso.
- 25.22. **CASO A ETAPA DE LANCES ULTRAPASSE O HORÁRIO DE EXPEDIENTE, O PREGÃO PODERÁ SER SUSPENSO E RETORNARÁ NO HORÁRIO INFORMADO PELO PREGOEIRO VIA CHAT.**



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

25.23. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico Edital completo está disponível para consulta e retirada nos endereços eletrônicos: www.licitanet.com.br e www.montesaltos.ma.gov.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos mediante solicitação ao Pregoeiro e o pagamento no valor de R\$ 20,00 (vinte reais), no endereço Avenida Fabrício Ferraz - nº 192 - Centro, nos dias úteis, no horário das 08 h às 12 h, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.24. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 25.24.1. ANEXO I - Termo de Referência
- 25.24.2. ANEXO II - Modelo de Proposta de Preços
- 25.24.3. ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços
- 25.24.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato

Montes Altos - MA, 24 de agosto de 2022.

Raélia de Cássia Ferreira da Silva
Decreto 012 - GAB



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preço para eventual e futura contratação de empresa para aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Transportes do Município de Montes Altos/MA, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição dos Produtos	Unidade	Quantidade	Valor Médio em R\$	
				Unitário	Total
1	Abraçadeira 32mm	Unidade	250	5,04	1.260,00
2	Alavanca 1,20 metros	Unidade	10	181,48	1.814,80
3	Alavanca 1,50 metros	Unidade	10	217,64	2.176,40
4	Arame galvanizado	Kg	225	43,7	9.832,50
5	Arame recozido torcido	Kg	575	27,94	16.065,50
6	Areia lavada fina	M³	750	62,32	46.740,00
7	Areia comum	M³	500	50,4	25.200,00
8	Argamassa 20kg ACI	Pacote	325	19,12	6.214,00
9	Argamassa 20kg ACII	Pacote	230	25,58	5.883,40
10	Arruela 3/8 zincada	Unidade	3000	0,84	2.520,00
11	Arruela 3/8 polida	Unidade	2000	0,83	1.660,00
12	Arruela 5/16 zincada	Unidade	2000	0,92	1.840,00
13	Arruela 5/16 polida	Unidade	1000	0,91	910,00
14	Arruela 1/2 zincada	Unidade	4000	0,86	3.440,00
15	Arruela 1/2 polida	Unidade	3000	0,85	2.550,00
16	Arruela 1/4 zincada	Unidade	1000	0,75	750,00
17	Avental de Couro para proteção Operador de Roçadeira	Unidade	20	79,7	1.594,00
18	Bacia para lâmina	Unidade	20	97,33	1.946,60
19	Vergalhão 5 mm 3/16 dob 12m	Unidade	800	38,51	30.808,00
20	Vergalhão 6,3 mm 1/4 dob 12m	Unidade	500	42,27	21.135,00
21	Vergalhão 8 mm 5/16 dob 12m	Unidade	600	59,93	35.958,00
22	Vergalhão 10 mm 3/8 dob 12m	Unidade	600	86,65	51.990,00
23	Vergalhão 12 mm 1/2 dob 12m	Unidade	600	109,01	65.406,00
24	Vergalhão 16 mm 5/8 dob 12m	Unidade	600	243,04	145.824,00
25	Barra Rosqueável 3/8 zincada 1mt	Unidade	500	12,48	6.240,00
26	Barra Rosqueável 3/8 polida 1mt	Unidade	300	12,5	3.750,00
27	Barra Rosqueável 5/16 zincada 1mt	Unidade	200	14,49	2.898,00
28	Barra Rosqueável 5/16 polida 1mt	Unidade	100	14,59	1.459,00
29	Barra Rosqueável 1/2 zincada 1mt	Unidade	1000	26,66	26.660,00
30	Barra Rosqueável 1/2 polida 1mt	Unidade	500	25,91	12.955,00
31	Barra Rosqueável 1/4 zincada 1mt	Unidade	200	18,42	3.684,00
32	Barro para aterro	M³	2325	37,5	87.187,50
33	Barro para aterro. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	M³	775	37,5	29.062,50
34	Bota de Couro	Par	100	76,09	7.609,00
35	Brita Tipo Seixo nº 0	M³	400	115,66	46.264,00
36	Brita Tipo Seixo nº 1	M³	150	123,44	18.516,00
37	Broxa para uso geral	Unidade	150	17,1	2.565,00
38	Cabeçote de corte trimcut C42-2	Unidade	40	152,1	6.084,00
39	Cabo Flexível 6,0mm - 100m	Pacote	32	674,09	21.570,88



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

40	Cabo Flexível 2,5mm - 100m	Pacote	50	232,13	11.606,50
41	Cabo Flexível 4,0mm -100m	Pacote	35	385,9	13.506,50
42	Cabo Flexível 10,0mm - 100m	Pacote	15	975,01	14.625,15
43	Caibro de madeira 6x4cm - viga de madeira	Metro	1500	31,8	47.700,00
44	Caixa energia pvc 4x2	Unidade	750	3,75	2.812,50
45	Caixa energia pvc 4x4	Unidade	550	8,71	4.790,50
46	Caixa d'água polietileno - 1.000 litros	Unidade	15	503,68	7.555,20
47	Caixa d'água polietileno - 2.000 litros	Unidade	12	1.349,64	16.195,68
48	Caixa d'água polietileno - 5.000 litros	Unidade	12	3.343,02	40.116,24
49	Caixa d'água polietileno - 500 litros	Unidade	25	339,61	8.490,25
50	Caixa d'água polietileno - 10.000 litros	Unidade	8	6.174,75	49.398,00
51	Caixa descarga regulável 6/9L	Unidade	150	62,6	9.390,00
52	Caixa padrão monofásica	Unidade	50	96,54	4.827,00
53	Caixa padrão trifásica	Unidade	25	143,44	3.586,00
54	Caixa sifonada 1,00x1,00x50mm	Unidade	110	30,29	3.331,90
55	Caixa sifonada 1,50x1,50x50mm	Unidade	55	57,08	3.139,40
56	Cal hidratada para construção civil - 8kg	Pacote	6000	18,38	110.280,00
57	Cal hidratada para construção civil - 8kg. Cal hidratada para construção civil - 8kg	Pacote	2000	18,38	36.760,00
58	Tubo pvc esgoto 100mm 6mts	Barra	150	101,09	15.163,50
59	Tubo pvc esgoto 150mm 6mts	Barra	65	251,91	16.374,15
60	Tubo pvc esgoto 40mm 6mts	Barra	150	47,16	7.074,00
61	Tubo pvc esgoto 50mm 6mts	Barra	150	78,31	11.746,50
62	Tubo pvc esgoto 75mm 6mts	Barra	120	97,58	11.709,60
63	tubo pvc soldável 20mm 6mts	Barra	350	34,03	11.910,50
64	Tubo pvc soldável 25mm 6mts	Barra	175	39,32	6.881,00
65	Tubo pvc soldável 40mm 6mts	Barra	105	70,24	7.375,20
66	Tubo pvc soldável 50mm 6mts	Barra	150	86,21	12.931,50
67	Tubo pvc soldável 60mm 6mts	Barra	125	101,57	12.696,25
68	Tubo pvc soldável 32mm 6mts	Barra	50	54,99	2.749,50
69	Capacete de segurança com selo inmetro	Unidade	50	61,51	3.075,50
70	Cap pvc soldável 20mm	Unidade	100	2,89	289,00
71	Cap pvc soldável 25mm	Unidade	100	3,68	368,00
72	Cap pvc para esgoto 100mm	Unidade	50	12,19	609,50
73	Cap pvc para esgoto 150mm	Unidade	60	24,21	1.452,60
74	Cap pvc para esgoto 40mm	Unidade	55	7,86	432,30
75	Cap pvc para esgoto 50mm	Unidade	55	9,36	514,80
76	Carro de mão 60 lts	Unidade	40	307,54	12.301,60
77	Cavadeira com cabo de madeira 1,20cm	Unidade	25	75,04	1.876,00
78	Cavadeira Reta com cabo 1,20	Unidade	70	58,76	4.113,20
79	Piso Cerâmico 55x55mm, espessura 6,7mm	M²	1350	31,65	42.727,50
80	Cimento CP II 50kg	Saco	6500	48,73	316.745,00
81	Cleats monofásico com prego	Unidade	1250	1,3	1.625,00
82	Cleats trifásico com prego	Unidade	750	1,22	915,00
83	Cola branca pva de 1kg	Litro	65	22,63	1.470,95
84	Cola silicone 280ml incolor	Unidade	150	38,64	5.796,00
85	Cola para cano 75kg	Unidade	150	19,39	2.908,50
86	Colher de pedreiro n 08	Unidade	25	26,74	668,50
87	Coluna ferro 1/4x6m	Unidade	400	86,5	34.600,00
88	Coluna ferro 3/8x6m	Unidade	160	116,07	18.571,20
89	Coluna ferro 5/16x6m	Unidade	325	117,36	38.142,00
90	Curva esgoto 100mm	Unidade	40	44,52	1.780,80
91	Curva esgoto 150mm	Unidade	40	77,77	3.110,80
92	Curva para eletroduto rosc. 32mm preto	Unidade	115	4,95	569,25
93	Curva para eletroduto rosc. 1/2 preto	Unidade	150	4,3	645,00
94	Curva para eletroduto rosc. 3/4 preto	Unidade	250	7,66	1.915,00
95	Disco de corte 7"	Unidade	500	9,22	4.610,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

96	Disjuntor monofásico 20A	Unidade	110	19,08	2.098,80
97	Disjuntor monofásico 10A	Unidade	70	22,36	1.565,20
98	Disjuntor monofásico 32A	Unidade	70	38,4	2.688,00
99	Disjuntor trifásico 63A	Unidade	70	84,31	5.901,70
100	Dobradiça 3-1/2 cartelada	Unidade	70	18,85	1.319,50
101	Dobradiça 4" cartelada	Unidade	160	18,02	2.883,20
102	Eletroduto corrug. 1/2 garganta 50mt	Unidade	125	23,51	2.938,75
103	Eletroduto corrug. 3/4 gargantas 50mt	Unidade	215	26,25	5.643,75
104	Eletroduto rígido 1/2 preto	Unidade	100	9,59	959,00
105	Eletroduto rígido 3/4 preto	Unidade	220	13,37	2.941,40
106	Eletroduto rígido 32mm preto	Unidade	350	16,5	5.775,00
107	Engate flexível 40mm	Unidade	150	28,4	4.260,00
108	Engate flexível 50mm	Unidade	175	30,86	5.400,50
109	Enxada com cabo larga 2.5	Unidade	150	92,39	13.858,50
110	Enxadão com cabo 1.20 mts	Unidade	30	38,79	1.163,70
111	Escada para serviço gerais 4 degraus	Unidade	10	207,52	2.075,20
112	Facão ponta virada 18 polegadas	Unidade	25	55,03	1.375,75
113	Fechadura porta de ferro	Unidade	250	80,99	20.247,50
114	Fechadura porta de madeira	Unidade	195	69,13	13.480,35
115	Ferro vergalhão 3/8	Barra	375	79,48	29.805,00
116	Ferro vergalhão 1/4	Barra	265	59,88	15.868,20
117	Ferro vergalhão 5/16	Barra	300	65,21	19.563,00
118	Fio torcido 2x2,5 - 100mm	Pacote	85	501,87	42.658,95
119	Fio Nylon 3mm rolo com 100 metros	Unidade	50	55,02	2.751,00
120	Fita isolante 5m	Unidade	195	6,82	1.329,90
121	Gadanhos plásticos	Unidade	90	104,33	9.389,70
122	Haste para aterramento 1,20m	Unidade	155	29,28	4.538,40
123	Haste para aterramento 2m	Unidade	50	31,76	1.588,00
124	Janela de Ferro 1,00mx1,00m	Unidade	27	369,5	9.976,50
125	Janela de Ferro 1,20mx1,00m	Unidade	37	433	16.021,00
126	Janela de Ferro 1,50mx1,00m	Unidade	37	606,75	22.449,75
127	Janela de Ferro 2,00mx1,00m	Unidade	37	714,25	26.427,25
128	Joelho 20mm soldável	Unidade	1100	2,94	3.234,00
129	Joelho 25mm soldável	Unidade	600	3,49	2.094,00
130	Joelho 32mm soldável	Unidade	250	4,92	1.230,00
131	Joelho 40mm soldável	Unidade	150	8,95	1.342,50
132	Joelho 50mm soldável	Unidade	200	11,06	2.212,00
133	Joelho 60mm soldável	Unidade	75	27,03	2.027,25
134	Joelho esgoto 100mm	Unidade	150	18,42	2.763,00
135	Joelho esgoto 150mm	Unidade	65	54,31	3.530,15
136	Joelho esgoto 40mm	Unidade	175	4,63	810,25
137	Joelho esgoto 50mm	Unidade	300	8,32	2.496,00
138	Joelho esgoto 60mm 90°	Unidade	75	26,45	1.983,75
139	Joelho esgoto 75mm 90°	Unidade	75	9,27	695,25
140	Jogo de portal 2,10mx80cm	Unidade	70	174,75	12.232,50
141	Lâmpada led 20w	Unidade	400	29,04	11.616,00
142	Lâmpada led 30w	Unidade	1100	35,53	39.083,00
143	Lâmina Furo 20	Unidade	30	42,67	1.280,10
144	Lima com cabo para uso geral	Unidade	55	25,47	1.400,85
145	Lixa ferro 100	Unidade	300	2,73	819,00
146	Lixa ferro 150	Unidade	200	3,66	732,00
147	Lixa ferro 80	Unidade	250	3,14	785,00
148	Lixa massa 100	Unidade	850	0,98	833,00
149	Lixa massa 150	Unidade	850	1,51	1.283,50
150	Lixa massa 220	Unidade	750	1,23	922,50
151	Lixa massa 80	Unidade	850	1,44	1.224,00
152	Luminária led 20w bem	Unidade	225	42,16	9.486,00



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

153	Luminária led 40w bem	Unidade	190	61,85	11.751,50
154	Luva algodao pigmentada	Par	1350	9,5	12.825,00
155	Luva de PVC	Par	650	20,38	13.247,00
156	Luva esgoto 100mm	Unidade	75	11,32	849,00
157	Luva esgoto 150mm	Unidade	60	24,57	1.474,20
158	Luva esgoto 40mm	Unidade	125	4,01	501,25
159	Luva esgoto 50mm	Unidade	175	6,04	1.057,00
160	Luva lisa 20mm soldável	Unidade	650	2,15	1.397,50
161	Luva lisa 25mm soldável	Unidade	600	2,55	1.530,00
162	Luva lisa 32mm soldável	Unidade	300	4,03	1.209,00
163	Luva lisa 40mm soldável	Unidade	125	5,68	710,00
164	Luva lisa 50mm soldável	Unidade	75	6,85	513,75
165	Luva lisa 60mm soldável	Unidade	75	16,56	1.242,00
166	Luva LR 20mm soldável	Unidade	240	2,09	501,60
167	Luva LR 25mm soldável	Unidade	190	3,61	685,90
168	Luva de couro raspa	Par	850	28,94	24.599,00
169	Madeirite 1,10mx2,00m 10mm	Unidade	135	63,82	8.615,70
170	Mangueira 1/2 rolo com 100 metros	Unidade	40	252,78	10.111,20
171	Mangueira 3/4 rolo com 100 metros	Unidade	50	240,85	12.042,50
172	Mangueira 1 polegada rolo com 100 metros	Unidade	40	220,95	8.838,00
173	Mangueira 2 polegadas rolo com 100 metros	Unidade	40	562,11	22.484,40
174	Marreta oitavada 3kg - cabo de madeira	Unidade	20	58,48	1.169,60
175	Marreta oitavada 5kg - cabo de madeira	Unidade	13	84,74	1.101,62
176	Martelo de unha 27mm - cabo de madeira	Unidade	32	39,4	1.260,80
177	Massa Acrílica, para paredes, cor branca, uso interno e externo - 5kg	Galão	300	79,28	23.784,00
178	Massa Acrílica, para paredes, cor branca, uso interno e externo - 25kg	Balde	250	107,9	26.975,00
179	Massa Corrida, para paredes, cor branca, uso interno - 5kg	Galão	350	84,07	29.424,50
180	Massa Corrida, para paredes, cor branca, suso interno - 25kg	Balde	350	87,99	30.796,50
181	Pá de bico com cabo de madeira 71cm	Unidade	425	58,63	24.917,75
182	Pá quadrada com cabo de madeira 71cm	Unidade	20	66,07	1.321,40
183	Parafuso com bucha 1/2	Unidade	900	2,99	2.691,00
184	Pia Inox 1,00mx 0.53cm	Unidade	15	259,89	3.898,35
185	Pia Inox 120mx 053cm	Unidade	15	291,72	4.375,80
186	Pia Inox 1,40mx 053cm	Unidade	15	228,59	3.428,85
187	Pia Inox 1,50mx 053cm	Unidade	15	240,24	3.603,60
188	Picarete com cabo	Unidade	30	67,35	2.020,50
189	Plug LR 20mm	Unidade	350	1,17	409,50
190	Plug LR 25mm	Unidade	350	1,38	483,00
191	Porca 3/8 zincada	Unidade	3000	0,51	1.530,00
192	Porca 3/8 polida	Unidade	2000	0,33	660,00
193	Porca 5/16 zincada	Unidade	2000	1,35	2.700,00
194	Porca 5/16 polida	Unidade	1000	0,93	930,00
195	Porca 1/2 zincada	Unidade	4000	0,79	3.160,00
196	Porca 1/2 polida	Unidade	3000	0,65	1.950,00
197	Porca 1/4 zincada	Unidade	1000	0,47	470,00
198	Porta compensado lisa 2,10mx60cm	Unidade	55	211,46	11.630,30
199	Porta compensado lisa 2,10mx80cm	Unidade	90	237,32	21.358,80
200	Porta compensado trabalhada 2,10mx80cm	Unidade	60	247,62	14.857,20
201	Porta compensado trabalhada 2,10mx60cm	Unidade	40	225,56	9.022,40
202	Portão de ferro 2,00mx3,00m	Unidade	9	1.892,00	17.028,00
203	Portão de ferro 2,00mx4,00m	Unidade	15	2.259,50	33.892,50
204	Porta de ferro 2,10mx60cm	Unidade	30	369,5	11.085,00
205	Porta de ferro 2,10mx80cm	Unidade	40	332,77	13.310,80



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

206	Prego 15X15 - com cabeça e polido	Kg	100	27,54	2.754,00
207	Prego 17X21 - com cabeça e polido	Kg	100	38,69	3.869,00
208	Prego 18X24 - com cabeça e polido	Kg	100	33,75	3.375,00
209	Prego 17X27 - com cabeça e polido	Kg	100	24,35	2.435,00
210	Prego 19X36 - com cabeça e polido	Kg	150	24,65	3.697,50
211	Prego 22X42 - com cabeça e polido	Kg	70	25,11	1.757,70
212	Prego 25X72 - com cabeça e polido	Kg	150	29,98	4.497,00
213	Prego 26X72 - com cabeça e polido	Kg	300	37,23	11.169,00
214	Quadro de distribuição 10 disjuntor	Unidade	30	104,12	3.123,60
215	Quadro de distribuição 4 disjuntores	Unidade	45	49,92	2.246,40
216	Quadro de distribuição 6 disjuntores	Unidade	30	70,33	2.109,90
217	Quadro de distribuição 8 disjuntores	Unidade	30	85,21	2.556,30
218	Quadro de distribuição 12 disjuntor	Unidade	30	113,81	3.414,30
219	Redução 100x50 esgoto	Unidade	125	16,99	2.123,75
220	Registro esfera soldável 20mm	Unidade	150	9,98	1.497,00
221	Registro esfera soldável 25mm	Unidade	150	14,5	2.175,00
222	Registro de gaveta 1"	Unidade	210	59,49	12.492,90
223	Registro esfera soldável 60mm	Unidade	20	48,46	969,20
224	Registro de gaveta 1/2"	Unidade	21	57,91	1.216,11
225	Registro de pressão 1/2" cromado	Unidade	45	55,81	2.511,45
226	Registro de pressão 3/4" cromado	Unidade	45	56,25	2.531,25
227	Rejunte Flexível 1kg	Pacote	800	16,71	13.368,00
228	Reparo para caixa acoplada	Unidade	75	47,47	3.560,25
229	Ripa de madeira	Metro	1250	18,63	23.287,50
230	Rolo de lã anti/respigo 23cm	Unidade	250	14,1	3.525,00
231	Rolo Trin-cut 41	Unidade	30	350,83	10.524,90
232	Serra (segueta)	Unidade	150	13,44	2.016,00
233	Sifão universal simples pia	Unidade	350	26,99	9.446,50
234	Solvente 5lt	Unidade	65	101,63	6.605,95
235	Talhadeira chata 5/16x12	Unidade	45	24,9	1.120,50
236	Tábua de madeira para uso diverso	M²	450	45,59	20.515,50
237	Tê soldável 20mm	Unidade	600	19,63	11.778,00
238	Tê esgoto 100mm	Unidade	90	23,69	2.132,10
239	Tê esgoto 150mm	Unidade	60	66,04	3.962,40
240	Tê esgoto 50mm	Unidade	215	10,51	2.259,65
241	Telha cerâmica modelo plan	Milheiro	71	1.402,50	99.577,50
242	Telha cerâmica modelo plan. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Milheiro	24	1.402,50	33.660,00
243	Telha brasilit 110x244	Unidade	250	75,21	18.802,50
244	Telha brasilit 244x50	Unidade	550	62,38	34.309,00
245	Tijolo 8 furos	Milheiro	67	1.186,95	79.525,65
246	Tijolo 8 furos. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Milheiro	23	1.186,95	27.299,85
247	Tinta acrílica 3,600ml	Galão	120	214,06	25.687,20
248	Tinta acrílica a base d'água 18lt	Balde	243	249,83	60.708,69
249	Tinta acrílica a base d'água 18lt. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Balde	82	249,83	20.486,06
250	Tinta acrílica semibrilho 18lt	Balde	125	394,49	49.311,25
251	Tinta acrílica semibrilho 3,600ml	Galão	75	186,73	14.004,75
252	Tinta esmalte sintético 3,600ml	Galão	250	203,24	50.810,00
253	Tinta esmalte sintético 900ml	Unidade	150	52,6	7.890,00
254	Tomada elétrica conjugada	Unidade	130	22,75	2.957,50
255	Tomada elétrica simples	Unidade	275	16,07	4.419,25
256	Torneira plástico simples	Unidade	100	32,56	3.256,00
257	Torneira bica móvel lavatório abs	Unidade	90	47,09	4.238,10



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

258	Torneira bica móvel lavatório Metal	Unidade	45	101,1	4.549,50
259	Treliças 6/4,2/4.2mm 6m	Unidade	350	99,16	34.706,00
260	Trena de fibra 50m	Unidade	12	120,49	1.445,88
261	Vaso com caixa acoplado	Unidade	75	353,02	26.476,50
262	Vaso convencional simples	Unidade	80	219,21	17.536,80
263	Veda rosca 18/25m	Unidade	125	20,86	2.607,50
264	Verniz incolor para madeira, lata de 3,6lts	Galão	175	159,97	27.994,75
265	Vigota 6x12cm - viga de madeira	Metro	325	19,99	6.496,75
266	chapa zincada em rolo de uso geral - 100cm	Metro	210	107,15	22.501,50
267	chapa zincada em rolo de uso geral - 50cm	Metro	210	61,23	12.858,30
268	chapa zincada em rolo de uso geral - 60cm	Metro	210	61,62	12.940,20
269	chapa zincada em rolo de uso geral - 80cm	Metro	210	82,25	17.272,50
Valor Total (R\$)					3.524.022,01

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgãos e entidades participantes.

Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Transportes			
Item	Descrição dos Produtos	Unidade	Quantidade
1	Abraçadeira 32mm	Unidade	250
2	Alavanca 1,20 metros	Unidade	10
3	Alavanca 1,50 metros	Unidade	10
4	Arame galvanizado	Kg	225
5	Arame recozido torcido	Kg	575
6	Areia lavada fina	M³	750
7	Areia comum	M³	500
8	Argamassa 20kg ACI	Pacote	325
9	Argamassa 20kg ACII	Pacote	230
10	Arruela 3/8 zincada	Unidade	3000
11	Arruela 3/8 polida	Unidade	2000
12	Arruela 5/16 zincada	Unidade	2000
13	Arruela 5/16 polida	Unidade	1000
14	Arruela 1/2 zincada	Unidade	4000
15	Arruela 1/2 polida	Unidade	3000
16	Arruela 1/4 zincada	Unidade	1000
17	Avental de Couro para proteção Operador de Roçadeira	Unidade	20
18	Bacia para lâmina	Unidade	20
19	Vergalhão 5 mm 3/16 dob 12m	Unidade	800
20	Vergalhão 6,3 mm 1/4 dob 12m	Unidade	500
21	Vergalhão 8 mm 5/16 dob 12m	Unidade	600
22	Vergalhão 10 mm 3/8 dob 12m	Unidade	600
23	Vergalhão 12 mm 1/2 dob 12m	Unidade	600
24	Vergalhão 16 mm 5/8 dob 12m	Unidade	600
25	Barra Rosqueável 3/8 zincada 1mt	Unidade	500
26	Barra Rosqueável 3/8 polida 1mt	Unidade	300
27	Barra Rosqueável 5/16 zincada 1mt	Unidade	200
28	Barra Rosqueável 5/16 polida 1mt	Unidade	100
29	Barra Rosqueável 1/2 zincada 1mt	Unidade	1000
30	Barra Rosqueável 1/2 polida 1mt	Unidade	500
31	Barra Rosqueável 1/4 zincada 1mt	Unidade	200
32	Barro para aterro	M³	2325
33	Barro para aterro. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	M³	775
34	Bota de Couro	Par	100
35	Brita Tipo Seixo nº 0	M³	400
36	Brita Tipo Seixo nº 1	M³	150



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

37	Broxa para uso geral	Unidade	150
38	Cabeçote de corte trimcut C42-2	Unidade	40
39	Cabo Flexível 6,0mm - 100m	Pacote	32
40	Cabo Flexível 2,5mm - 100m	Pacote	50
41	Cabo Flexível 4,0mm -100m	Pacote	35
42	Cabo Flexível 10,0mm - 100m	Pacote	15
43	Caibro de madeira 6x4cm - viga de madeira	Metro	1500
44	Caixa energia pvc 4x2	Unidade	750
45	Caixa energia pvc 4x4	Unidade	550
46	Caixa d'água polietileno - 1.000 litros	Unidade	15
47	Caixa d'água polietileno - 2.000 litros	Unidade	12
48	Caixa d'água polietileno - 5.000 litros	Unidade	12
49	Caixa d'água polietileno - 500 litros	Unidade	25
50	Caixa d'água polietileno – 10.000 litros	Unidade	8
51	Caixa descarga regulável 6/9L	Unidade	150
52	Caixa padrão monofásica	Unidade	50
53	Caixa padrão trifásica	Unidade	25
54	Caixa sifonada 1,00x1,00x50mm	Unidade	110
55	Caixa sifonada 1,50x1,50x50mm	Unidade	55
56	Cal hidratada para construção civil - 8kg	Pacote	6000
57	Cal hidratada para construção civil - 8kg. Cal hidratada para construção civil - 8kg	Pacote	2000
58	Tubo pvc esgoto 100mm 6mts	Barra	150
59	Tubo pvc esgoto 150mm 6mts	Barra	65
60	Tubo pvc esgoto 40mm 6mts	Barra	150
61	Tubo pvc esgoto 50mm 6mts	Barra	150
62	Tubo pvc esgoto 75mm 6mts	Barra	120
63	tubo pvc soldável 20mm 6mts	Barra	350
64	Tubo pvc soldável 25mm 6mts	Barra	175
65	Tubo pvc soldável 40mm 6mts	Barra	105
66	Tubo pvc soldável 50mm 6mts	Barra	150
67	Tubo pvc soldável 60mm 6mts	Barra	125
68	Tubo pvc soldável 32mm 6mts	Barra	50
69	Capacete de segurança com selo inmetro	Unidade	50
70	Cap pvc soldável 20mm	Unidade	100
71	Cap pvc soldável 25mm	Unidade	100
72	Cap pvc para esgoto 100mm	Unidade	50
73	Cap pvc para esgoto 150mm	Unidade	60
74	Cap pvc para esgoto 40mm	Unidade	55
75	Cap pvc para esgoto 50mm	Unidade	55
76	Carro de mão 60 lts	Unidade	40
77	Cavadeira com cabo de madeira 1,20cm	Unidade	25
78	Cavadeira Reta com cabo 1,20	Unidade	70
79	Piso Cerâmico 55x55mm, espessura 6,7mm	M²	1350
80	Cimento CP II 50kg	Saco	6500
81	Cleats monofásico com prego	Unidade	1250
82	Cleats trifásico com prego	Unidade	750
83	Cola branca pva de 1kg	Litro	65
84	Cola silicone 280ml incolor	Unidade	150
85	Cola para cano 75kg	Unidade	150
86	Colher de pedreiro n 08	Unidade	25
87	Coluna ferro 1/4x6m	Unidade	400
88	Coluna ferro 3/8x6m	Unidade	160
89	Coluna ferro 5/16x6m	Unidade	325
90	Curva esgoto 100mm	Unidade	40
91	Curva esgoto 150mm	Unidade	40
92	Curva para eletroduto rosc. 32mm preto	Unidade	115



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

93	Curva para eletroduto rosc. 1/2 preto	Unidade	150
94	Curva para eletroduto rosc. 3/4 preto	Unidade	250
95	Disco de corte 7"	Unidade	500
96	Disjuntor monofásico 20A	Unidade	110
97	Disjuntor monofásico 10A	Unidade	70
98	Disjuntor monofásico 32A	Unidade	70
99	Disjuntor trifásico 63A	Unidade	70
100	Dobradiça 3-1/2 cartelada	Unidade	70
101	Dobradiça 4" cartelada	Unidade	160
102	Eletroduto corrug. 1/2 garganta 50mt	Unidade	125
103	Eletroduto corrug. 3/4 gargantas 50mt	Unidade	215
104	Eletroduto rígido 1/2 preto	Unidade	100
105	Eletroduto rígido 3/4 preto	Unidade	220
106	Eletroduto rígido 32mm preto	Unidade	350
107	Engate flexível 40mm	Unidade	150
108	Engate flexível 50mm	Unidade	175
109	Enxada com cabo larga 2,5	Unidade	150
110	Enxadão com cabo 1.20 mts	Unidade	30
111	Escada para serviço gerais 4 degraus	Unidade	10
112	Facão ponta virada 18 polegada	Unidade	25
113	Fechadura porta de ferro	Unidade	250
114	Fechadura porta de madeira	Unidade	195
115	Ferro vergalhão 3/8	Barra	375
116	Ferro vergalhão 1/4	Barra	265
117	Ferro vergalhão 5/16	Barra	300
118	Fio torcido 2x2,5 - 100mm	Pacote	85
119	Fio Nylon 3mm rolo com 100 metros	Unidade	50
120	Fita isolante 5m	Unidade	195
121	Gadanhos plásticos	Unidade	90
122	Haste para aterramento 1,20m	Unidade	155
123	Haste para aterramento 2m	Unidade	50
124	Janela de Ferro 1,00mx1,00m	Unidade	27
125	Janela de Ferro 1,20mx1,00m	Unidade	37
126	Janela de Ferro 1,50mx1,00m	Unidade	37
127	Janela de Ferro 2,00mx1,00m	Unidade	37
128	Joelho 20mm soldável	Unidade	1100
129	Joelho 25mm soldável	Unidade	600
130	Joelho 32mm soldável	Unidade	250
131	Joelho 40mm soldável	Unidade	150
132	Joelho 50mm soldável	Unidade	200
133	Joelho 60mm soldável	Unidade	75
134	Joelho esgoto 100mm	Unidade	150
135	Joelho esgoto 150mm	Unidade	65
136	Joelho esgoto 40mm	Unidade	175
137	Joelho esgoto 50mm	Unidade	300
138	Joelho esgoto 60mm 90°	Unidade	75
139	Joelho esgoto 75mm 90°	Unidade	75
140	Jogo de portal 2,10mx80cm	Unidade	70
141	Lâmpada led 20w	Unidade	400
142	Lâmpada led 30w	Unidade	1100
143	Lâmina Furo 20	Unidade	30
144	Lima com cabo para uso geral	Unidade	55
145	Lixa ferro 100	Unidade	300
146	Lixa ferro 150	Unidade	200
147	Lixa ferro 80	Unidade	250
148	Lixa massa 100	Unidade	850
149	Lixa massa 150	Unidade	850



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

150	Lixa massa 220	Unidade	750
151	Lixa massa 80	Unidade	850
152	Luminária led 20w bem	Unidade	225
153	Luminária led 40w bem	Unidade	190
154	Luva algodão pigmentada	Par	1350
155	Luva de PVC	Par	650
156	Luva esgoto 100mm	Unidade	75
157	Luva esgoto 150mm	Unidade	60
158	Luva esgoto 40mm	Unidade	125
159	Luva esgoto 50mm	Unidade	175
160	Luva lisa 20mm soldável	Unidade	650
161	Luva lisa 25mm soldável	Unidade	600
162	Luva lisa 32mm soldável	Unidade	300
163	Luva lisa 40mm soldável	Unidade	125
164	Luva lisa 50mm soldável	Unidade	75
165	Luva lisa 60mm soldável	Unidade	75
166	Luva LR 20mm soldável	Unidade	240
167	Luva LR 25mm soldável	Unidade	190
168	Luva de couro raspa	Par	850
169	Madeirite 1,10mx2,00m 10mm	Unidade	135
170	Mangueira 1/2 rolo com 100 metros	Unidade	40
171	Mangueira 3/4 rolo com 100 metros	Unidade	50
172	Mangueira 1 polegada rolo com 100 metros	Unidade	40
173	Mangueira 2 polegadas rolo com 100 metros	Unidade	40
174	Marreta oitavada 3kg - cabo de madeira	Unidade	20
175	Marreta oitavada 5kg - cabo de madeira	Unidade	13
176	Martelo de unha 27mm - cabo de madeira	Unidade	32
177	Massa Acrílica, para paredes, cor branca, uso interno e externo - 5kg	Galão	300
178	Massa Acrílica, para paredes, cor branca, uso interno e externo - 25kg	Balde	250
179	Massa Corrida, para paredes, cor branca, uso interno - 5kg	Galão	350
180	Massa Corrida, para paredes, cor branca, uso interno - 25kg	Balde	350
181	Pá de bico com cabo de madeira 71cm	Unidade	425
182	Pá quadrada com cabo de madeira 71cm	Unidade	20
183	Parafuso com bucha 1/2	Unidade	900
184	Pia Inox 1,00mx 0,53cm	Unidade	15
185	Pia Inox 120mx 0,53cm	Unidade	15
186	Pia Inox 1,40mx 0,53cm	Unidade	15
187	Pia Inox 1,50mx 0,53cm	Unidade	15
188	Picarete com cabo	Unidade	30
189	Plug LR 20mm	Unidade	350
190	Plug LR 25mm	Unidade	350
191	Porca 3/8 zincada	Unidade	3000
192	Porca 3/8 polida	Unidade	2000
193	Porca 5/16 zincada	Unidade	2000
194	Porca 5/16 polida	Unidade	1000
195	Porca 1/2 zincada	Unidade	4000
196	Porca 1/2 polida	Unidade	3000
197	Porca 1/4 zincada	Unidade	1000
198	Porta compensado lisa 2,10mx60cm	Unidade	55
199	Porta compensado lisa 2,10mx80cm	Unidade	90
200	Porta compensado trabalhada 2,10mx80cm	Unidade	60
201	Porta compensado trabalhada 2,10mx60cm	Unidade	40
202	Portão de ferro 2,00mx3,00m	Unidade	9
203	Portão de ferro 2,00mx4,00m	Unidade	15
204	Porta de ferro 2,10mx60cm	Unidade	30
205	Porta de ferro 2,10mx80cm	Unidade	40
206	Prego 15X15 - com cabeça e polido	Kg	100



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

207	Prego 17X21 - com cabeça e polido	Kg	100
208	Prego 18X24 - com cabeça e polido	Kg	100
209	Prego 17X27 - com cabeça e polido	Kg	100
210	Prego 19X36 - com cabeça e polido	Kg	150
211	Prego 22X42 - com cabeça e polido	Kg	70
212	Prego 25X72 - com cabeça e polido	Kg	150
213	Prego 26X72 - com cabeça e polido	Kg	300
214	Quadro de distribuição 10 disjuntor	Unidade	30
215	Quadro de distribuição 4 disjuntores	Unidade	45
216	Quadro de distribuição 6 disjuntores	Unidade	30
217	Quadro de distribuição 8 disjuntores	Unidade	30
218	Quadro de distribuição 12 disjuntor	Unidade	30
219	Redução 100x50 esgoto	Unidade	125
220	Registro esfera soldavel 20mm	Unidade	150
221	Registro esfera soldavel 25mm	Unidade	150
222	Registro de gaveta 1"	Unidade	210
223	Registro esfera soldavel 60mm	Unidade	20
224	Registro de gaveta 1/2"	Unidade	21
225	Registro de pressão 1/2" cromado	Unidade	45
226	Registro de pressão 3/4" cromado	Unidade	45
227	Rejunte Flexível 1kg	Pacote	800
228	Reparo para caixa acoplada	Unidade	75
229	Ripa de madeira	Metro	1250
230	Rolo de lã anti/respigo 23cm	Unidade	250
231	Rolo Trin-cut 41	Unidade	30
232	Serra (segueta)	Unidade	150
233	Sifão universal simples pia	Unidade	350
234	Solvente 5lt	Unidade	65
235	Talhadeira chata 5/16x12	Unidade	45
236	Tábua de madeira para uso diverso	M ²	450
237	Tê soldavel 20mm	Unidade	600
238	Tê esgoto 100mm	Unidade	90
239	Tê esgoto 150mm	Unidade	60
240	Tê esgoto 50mm	Unidade	215
241	Telha ceramica modelo plan	Milheiro	71
242	Telha ceramica modelo plan. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Milheiro	24
243	Telha brasilit 110x244	Unidade	250
244	Telha brasilit 244x50	Unidade	550
245	Tijolo 8 furos	Milheiro	67
246	Tijolo 8 furos. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Milheiro	23
247	Tinta acrílica 3,600ml	Galão	120
248	Tinta acrílica a base d'água 18lt	Balde	243
249	Tinta acrílica a base d'água 18lt. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Balde	82
250	Tinta acrílica semibrilho 18lt	Balde	125
251	Tinta acrílica semibrilho 3,600ml	Galão	75
252	Tinta esmalte sintético 3,600ml	Galão	250
253	Tinta esmalte sintético 900ml	Unidade	150
254	Tomada elétrica conjugada	Unidade	130
255	Tomada elétrica simples	Unidade	275
256	Torneira plástico simples	Unidade	100
257	Torneira bica móvel lavatório abs	Unidade	90
258	Torneira bica móvel lavatório Metal	Unidade	45
259	Treliças 6/4,2/4,2mm 6m	Unidade	350
260	Trena de fibra 50m	Unidade	12



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

261	Vaso com caixa acoplado	Unidade	75
262	Vaso convencional simples	Unidade	80
263	Veda rosca 18/25m	Unidade	125
264	Verniz incolor para madeira, lata de 3,6lts	Galão	175
265	Vigota 6x12cm - viga de madeira	Metro	325
266	chapa zincada em rolo de uso geral - 100cm	Metro	210
267	chapa zincada em rolo de uso geral - 50cm	Metro	210
268	chapa zincada em rolo de uso geral - 60cm	Metro	210
269	chapa zincada em rolo de uso geral - 80cm	Metro	210

1.2. Se a mesma empresa vencer a cota principal e a cota reservada, no caso os itens 32 e 33, 241 e 242, 245 e 246, 248 e 249, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

1.3. Será dada a prioridade de aquisição aos produtos das cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, conforme vier a ser decidido pela Administração.

1.4. O prazo de vigência da contratação é até dia 31 de dezembro do ano de assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Transportes no atendimento de suas atividades finalísticas de forma a garantir o consumo satisfatório de seus contribuintes e equipe.

2.2. O referido material destina-se a substituição daqueles que apresentam avarias pelo desgaste natural de tempo ou uso rotineiro. A manutenção predial e rotineira, peças e materiais são concomitantes e periódicos.

2.3. Dessa forma, torna-se primordial o fornecimento de materiais construção, elétricos e hidráulicos para atender a necessidade das Secretarias do município de Montes Altos, onde é fundamental sua importância para o desenvolvimento social e econômico do município.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os produtos objeto deste Termo de Referência enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos do parágrafo único do artigo 1º da Lei nº 10.520 de 2002 e do Decreto Municipal nº 008/2021, sendo, portanto, cabível a licitação na modalidade Pregão, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, mediante o Sistema de Registro de Preços, nos termos do artigo 3º do Decreto Municipal nº 009/2021.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O fornecimento terá início após a assinatura do contrato, mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela Contratante.

4.2. O prazo de entrega dos bens é de 3 (três) dias, contados da solicitação pela Prefeitura Municipal, em remessa parcelada, no endereço a ser informado pela Contratante.

4.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 4 (quatro) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 6 (seis) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.1.6. rejeitar, no todo ou em parte, os produtos e/ou serviços entregues fora das especificações do Termo de Referência e do Edital;

5.1.7. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1 Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante apresentação das seguintes certidões: Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, Certidão Negativa de Débitos Estadual e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado, Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.6.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

10.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 12.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 12.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 12.1.3. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 12.1.4. apresentar documentação falsa;
- 12.1.5. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 12.1.6. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 12.1.7. não mantiver a proposta;
- 12.1.8. cometer fraude fiscal;
- 12.1.9. comportar-se de modo inidôneo;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

- 12.1.10. falhar ou fraudar na execução do contrato.
- 12.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 12.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 12.2.2. multa de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 12.2.3. multa de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 12.2.4. multa de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- 12.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 12.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com descredenciamento no Sicaf, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;
- 12.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 12.1 deste Termo de Referência.
- 12.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados.
- 12.3. As sanções previstas nos subitens 12.2.1, 12.2.5, 12.2.6 e 12.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
- 12.4. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.
- 12.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 12.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 12.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 12.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 12.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 12.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei Federal nº 9.784, de 1999.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

12.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

12.9. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

12.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

12.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

12.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

12.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

13. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

13.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 3.524.022,01 (três milhões quinhentos e vinte quatro mil, vinte e dois reais e um centavos).**

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1. Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

15.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

15.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

15.3.1. Comprovação de experiência e capacidade técnica, conforme características, quantidades e prazos compatíveis com a execução do objeto a ser contratado, mediante apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. Somente serão aceitos os atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos um ano do início de sua execução.

15.4. O critério de julgamento da proposta é o **MENOR PREÇO POR ITEM.**

15.5. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, vez que a experiência prática demonstra que as licitações que permitem essa participação são aquelas que envolvem serviços de grande vulto e/ou de alta complexidade técnica, que não é o caso da presente aquisição.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

16. DA APROVAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

16.1. A Autoridade competente do Município de Montes Altos - MA autoriza o presente Termo de Referência, o qual foi aprovado pelo setor solicitante, sendo autorizada a contratação dos produtos neles elencados. A vigência da ARP, relativo à contratação do objeto licitado, é limitada ao período de 12 (doze) meses



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022-SRP

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

_____ de ____ de 2022.

Prezados Senhores,

_____ (empresa), com sede na cidade de _____ na Rua _____, nº _____, inscrita no CNPJ/MF sob o número _____, neste ato representada por _____, portador do CPF nº _____ e RG nº _____, abaixo assinado, propõe à Prefeitura Municipal de Montes Altos - MA, os preços infra discriminados para, objeto do Pregão Eletrônico nº

Item	Descrição dos Produtos	Marca	Unidade	Quantidade	Valor em R\$	
					Unitário	Total
1						
2						
...		
Valor Total R\$						

- a) Prazo de validade da proposta (que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua abertura).
- b) Valor total da proposta: R\$ (por extenso).
- c) Responsável pela assinatura do contrato: nome, RG, CPF e endereço.
- d) Dados bancários para pagamento: banco, agência, conta.

Nome, Assinatura do Responsável da Empresa



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022-SRP

ANEXO III

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº
PREGÃO ELETRÔNICO Nº
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº

O Município de Montes Altos - MA, pessoa Jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 06.759.104/0001-60, com sede na Avenida Fabrício Ferraz - nº 192 - Centro, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), portador da Cédula de Identidade nº e do CPF nº, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS, Processo Administrativo nº, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações e no Decreto Municipal nº 009/2021, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preço para eventual contratação de empresa para aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Transportes do Município de Montes Altos/MA, anexo IV do edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição dos Produtos	Unidade	Quantidade	Valor Registrado em R\$	
				Unitário	Total
1	Abraçadeira 32mm	Unidade	250		
2	Alavanca 1,20 metros	Unidade	10		
3	Alavanca 1,50 metros	Unidade	10		
4	Arame galvanizado	Kg	225		
5	Arame recozido torcido	Kg	575		
6	Areia lavada fina	M³	750		
7	Areia comum	M³	500		
8	Argamassa 20kg ACI	Pacote	325		
9	Argamassa 20kg ACII	Pacote	230		
10	Arruela 3/8 zincada	Unidade	3000		
11	Arruela 3/8 polida	Unidade	2000		
12	Arruela 5/16 zincada	Unidade	2000		
13	Arruela 5/16 polida	Unidade	1000		
14	Arruela 1/2 zincada	Unidade	4000		
15	Arruela 1/2 polida	Unidade	3000		
16	Arruela 1/4 zincada	Unidade	1000		
17	Avental de Couro para proteção Operador de Roçadeira	Unidade	20		
18	Bacia para lâmina	Unidade	20		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

19	Vergalhão 5 mm 3/16 dob 12m	Unidade	800		
20	Vergalhão 6,3 mm 1/4 dob 12m	Unidade	500		
21	Vergalhão 8 mm 5/16 dob 12m	Unidade	600		
22	Vergalhão 10 mm 3/8 dob 12m	Unidade	600		
23	Vergalhão 12 mm 1/2 dob 12m	Unidade	600		
24	Vergalhão 16 mm 5/8 dob 12m	Unidade	600		
25	Barra Rosqueável 3/8 zincada 1mt	Unidade	500		
26	Barra Rosqueável 3/8 polida 1mt	Unidade	300		
27	Barra Rosqueável 5/16 zincada 1mt	Unidade	200		
28	Barra Rosqueável 5/16 polida 1mt	Unidade	100		
29	Barra Rosqueável 1/2 zincada 1mt	Unidade	1000		
30	Barra Rosqueável 1/2 polida 1mt	Unidade	500		
31	Barra Rosqueável 1/4 zincada 1mt	Unidade	200		
32	Barro para aterro	M ³	2325		
33	Barro para aterro. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	M ³	775		
34	Bota de Couro	Par	100		
35	Brita Tipo Seixo nº 0	M ³	400		
36	Brita Tipo Seixo nº 1	M ³	150		
37	Broxa para uso geral	Unidade	150		
38	Cabeçote de corte trimcut C42-2	Unidade	40		
39	Cabo Flexível 6,0mm - 100m	Pacote	32		
40	Cabo Flexível 2,5mm - 100m	Pacote	50		
41	Cabo Flexível 4,0mm -100m	Pacote	35		
42	Cabo Flexível 10,0mm - 100m	Pacote	15		
43	Caibro de madeira 6x4cm - viga de madeira	Metro	1500		
44	Caixa energia pvc 4x2	Unidade	750		
45	Caixa energia pvc 4x4	Unidade	550		
46	Caixa d'água polietileno - 1.000 litros	Unidade	15		
47	Caixa d'água polietileno - 2.000 litros	Unidade	12		
48	Caixa d'água polietileno - 5.000 litros	Unidade	12		
49	Caixa d'água polietileno - 500 litros	Unidade	25		
50	Caixa d'água polietileno - 10.000 litros	Unidade	8		
51	Caixa descarga regulável 6/9L	Unidade	150		
52	Caixa padrão monofásica	Unidade	50		
53	Caixa padrão trifásica	Unidade	25		
54	Caixa sifonada 1,00x1,00x50mm	Unidade	110		
55	Caixa sifonada 1,50x1,50x50mm	Unidade	55		
56	Cal hidratada para construção civil - 8kg	Pacote	6000		
57	Cal hidratada para construção civil - 8kg. Cal hidratada para construção civil - 8kg	Pacote	2000		
58	Tubo pvc esgoto 100mm 6mts	Barra	150		
59	Tubo pvc esgoto 150mm 6mts	Barra	65		
60	Tubo pvc esgoto 40mm 6mts	Barra	150		
61	Tubo pvc esgoto 50mm 6mts	Barra	150		
62	Tubo pvc esgoto 75mm 6mts	Barra	120		
63	tubo pvc soldável 20mm 6mts	Barra	350		
64	Tubo pvc soldável 25mm 6mts	Barra	175		
65	Tubo pvc soldável 40mm 6mts	Barra	105		
66	Tubo pvc soldável 50mm 6mts	Barra	150		
67	Tubo pvc soldável 60mm 6mts	Barra	125		
68	Tubo pvc soldável 32mm 6mts	Barra	50		
69	Capacete de segurança com selo inmetro	Unidade	50		
70	Cap pvc soldável 20mm	Unidade	100		
71	Cap pvc soldável 25mm	Unidade	100		
72	Cap pvc para esgoto 100mm	Unidade	50		
73	Cap pvc para esgoto 150mm	Unidade	60		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

74	Cap pvc para esgoto 40mm	Unidade	55		
75	Cap pvc para esgoto 50mm	Unidade	55		
76	Carro de mão 60 lts	Unidade	40		
77	Cavadeira com cabo de madeira 1,20cm	Unidade	25		
78	Cavadeira Reta com cabo 1,20	Unidade	70		
79	Piso Cerâmico 55x55mm, espessura 6,7mm	M ²	1350		
80	Cimento CP II 50kg	Saco	6500		
81	Cleats monofásico com prego	Unidade	1250		
82	Cleats trifásico com prego	Unidade	750		
83	Cola branca pva de 1kg	Litro	65		
84	Cola silicone 280ml incolor	Unidade	150		
85	Cola para cano 75kg	Unidade	150		
86	Colher de pedreiro n 08	Unidade	25		
87	Coluna ferro 1/4x6m	Unidade	400		
88	Coluna ferro 3/8x6m	Unidade	160		
89	Coluna ferro 5/16x6m	Unidade	325		
90	Curva esgoto 100mm	Unidade	40		
91	Curva esgoto 150mm	Unidade	40		
92	Curva para eletroduto rosc. 32mm preto	Unidade	115		
93	Curva para eletroduto rosc. 1/2 preto	Unidade	150		
94	Curva para eletroduto rosc. 3/4 preto	Unidade	250		
95	Disco de corte 7"	Unidade	500		
96	Disjuntor monofásico 20A	Unidade	110		
97	Disjuntor monofásico 10A	Unidade	70		
98	Disjuntor monofásico 32A	Unidade	70		
99	Disjuntor trifásico 63A	Unidade	70		
100	Dobradiça 3-1/2 cartelada	Unidade	70		
101	Dobradiça 4" cartelada	Unidade	160		
102	Eletroduto corrug. 1/2 garganta 50mt	Unidade	125		
103	Eletroduto corrug. 3/4 gargantas 50mt	Unidade	215		
104	Eletroduto rígido 1/2 preto	Unidade	100		
105	Eletroduto rígido 3/4 preto	Unidade	220		
106	Eletroduto rígido 32mm preto	Unidade	350		
107	Engate flexível 40mm	Unidade	150		
108	Engate flexível 50mm	Unidade	175		
109	Enxada com cabo larga 2.5	Unidade	150		
110	Enxada com cabo 1.20 mts	Unidade	30		
111	Escada para serviço gerais 4 degraus	Unidade	10		
112	Facão ponta virada 18 polegadas	Unidade	25		
113	Fechadura porta de ferro	Unidade	250		
114	Fechadura porta de madeira	Unidade	195		
115	Ferro vergalhão 3/8	Barra	375		
116	Ferro vergalhão 1/4	Barra	265		
117	Ferro vergalhão 5/16	Barra	300		
118	Fio torcido 2x2,5 - 100mm	Pacote	85		
119	Fio Nylon 3mm rolo com 100 metros	Unidade	50		
120	Fita isolante 5m	Unidade	195		
121	Gadanh plástico	Unidade	90		
122	Haste para aterramento 1,20m	Unidade	155		
123	Haste para aterramento 2m	Unidade	50		
124	Janela de Ferro 1,00mx1,00m	Unidade	27		
125	Janela de Ferro 1,20mx1,00m	Unidade	37		
126	Janela de Ferro 1,50mx1,00m	Unidade	37		
127	Janela de Ferro 2,00mx1,00m	Unidade	37		
128	Joelho 20mm soldável	Unidade	1100		
129	Joelho 25mm soldável	Unidade	600		
130	Joelho 32mm soldável	Unidade	250		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

131	Joelho 40mm soldável	Unidade	150		
132	Joelho 50mm soldável	Unidade	200		
133	Joelho 60mm soldável	Unidade	75		
134	Joelho esgoto 100mm	Unidade	150		
135	Joelho esgoto 150mm	Unidade	65		
136	Joelho esgoto 40mm	Unidade	175		
137	Joelho esgoto 50mm	Unidade	300		
138	Joelho esgoto 60mm 90°	Unidade	75		
139	Joelho esgoto 75mm 90°	Unidade	75		
140	Jogo de portal 2,10mx80cm	Unidade	70		
141	Lâmpada led 20w	Unidade	400		
142	Lâmpada led 30w	Unidade	1100		
143	Lâmina Furo 20	Unidade	30		
144	Lima com cabo para uso geral	Unidade	55		
145	Lixa ferro 100	Unidade	300		
146	Lixa ferro 150	Unidade	200		
147	Lixa ferro 80	Unidade	250		
148	Lixa massa 100	Unidade	850		
149	Lixa massa 150	Unidade	850		
150	Lixa massa 220	Unidade	750		
151	Lixa massa 80	Unidade	850		
152	Luminária led 20w bem	Unidade	225		
153	Luminária led 40w bem	Unidade	190		
154	Luva algodao pigmentada	Par	1350		
155	Luva de PVC	Par	650		
156	Luva esgoto 100mm	Unidade	75		
157	Luva esgoto 150mm	Unidade	60		
158	Luva esgoto 40mm	Unidade	125		
159	Luva esgoto 50mm	Unidade	175		
160	Luva lisa 20mm soldável	Unidade	650		
161	Luva lisa 25mm soldável	Unidade	600		
162	Luva lisa 32mm soldável	Unidade	300		
163	Luva lisa 40mm soldável	Unidade	125		
164	Luva lisa 50mm soldável	Unidade	75		
165	Luva lisa 60mm soldável	Unidade	75		
166	Luva LR 20mm soldável	Unidade	240		
167	Luva LR 25mm soldável	Unidade	190		
168	Luva de couro raspa	Par	850		
169	Madeirite 1,10mx2,00m 10mm	Unidade	135		
170	Mangueira 1/2 rolo com 100 metros	Unidade	40		
171	Mangueira 3/4 rolo com 100 metros	Unidade	50		
172	Mangueira 1 polegada rolo com 100 metros	Unidade	40		
173	Mangueira 2 polegadas rolo com 100 metros	Unidade	40		
174	Marreta oitavada 3kg - cabo de madeira	Unidade	20		
175	Marreta oitavada 5kg - cabo de madeira	Unidade	13		
176	Martelo de unha 27mm - cabo de madeira	Unidade	32		
177	Massa Acrílica, para paredes, cor branca, uso interno e externo - 5kg	Galão	300		
178	Massa Acrílica, para paredes, cor branca, uso interno e externo - 25kg	Balde	250		
179	Massa Corrida, para paredes, cor branca, uso interno - 5kg	Galão	350		
180	Massa Corrida, para paredes, cor branca, suso interno - 25kg	Balde	350		
181	Pá de bico com cabo de madeira 71cm	Unidade	425		
182	Pá quadrada com cabo de madeira 71cm	Unidade	20		
183	Parafuso com bucha 1/2	Unidade	900		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

184	Pia Inox 1,00mx 0,53cm	Unidade	15		
185	Pia Inox 120mx 053cm	Unidade	15		
186	Pia Inox 1,40mx 053cm	Unidade	15		
187	Pia Inox 1,50mx 053cm	Unidade	15		
188	Picarete com cabo	Unidade	30		
189	Plug LR 20mm	Unidade	350		
190	Plug LR 25mm	Unidade	350		
191	Porca 3/8 zincada	Unidade	3000		
192	Porca 3/8 polida	Unidade	2000		
193	Porca 5/16 zincada	Unidade	2000		
194	Porca 5/16 polida	Unidade	1000		
195	Porca 1/2 zincada	Unidade	4000		
196	Porca 1/2 polida	Unidade	3000		
197	Porca 1/4 zincada	Unidade	1000		
198	Porta compensado lisa 2,10mx60cm	Unidade	55		
199	Porta compensado lisa 2,10mx80cm	Unidade	90		
200	Porta compensado trabalhada 2,10mx80cm	Unidade	60		
201	Porta compensado trabalhada 2,10mx60cm	Unidade	40		
202	Portão de ferro 2,00mx3,00m	Unidade	9		
203	Portão de ferro 2,00mx4,00m	Unidade	15		
204	Porta de ferro 2,10mx60cm	Unidade	30		
205	Porta de ferro 2,10mx80cm	Unidade	40		
206	Prego 15X15 - com cabeça e polido	Kg	100		
207	Prego 17X21 - com cabeça e polido	Kg	100		
208	Prego 18X24 - com cabeça e polido	Kg	100		
209	Prego 17X27 - com cabeça e polido	Kg	100		
210	Prego 19X36 - com cabeça e polido	Kg	150		
211	Prego 22X42 - com cabeça e polido	Kg	70		
212	Prego 25X72 - com cabeça e polido	Kg	150		
213	Prego 26X72 - com cabeça e polido	Kg	300		
214	Quadro de distribuição 10 disjuntor	Unidade	30		
215	Quadro de distribuição 4 disjuntores	Unidade	45		
216	Quadro de distribuição 6 disjuntores	Unidade	30		
217	Quadro de distribuição 8 disjuntores	Unidade	30		
218	Quadro de distribuição 12 disjuntor	Unidade	30		
219	Redução 100x50 esgoto	Unidade	125		
220	Registro esfera soldável 20mm	Unidade	150		
221	Registro esfera soldável 25mm	Unidade	150		
222	Registro de gaveta 1"	Unidade	210		
223	Registro esfera soldável 60mm	Unidade	20		
224	Registro de gaveta 1/2"	Unidade	21		
225	Registro de pressão 1/2" cromado	Unidade	45		
226	Registro de pressão 3/4" cromado	Unidade	45		
227	Rejunte Flexível 1kg	Pacote	800		
228	Reparo para caixa acoplada	Unidade	75		
229	Ripa de madeira	Metro	1250		
230	Rolo de lã anti/respigo 23cm	Unidade	250		
231	Rolo Trin-cut 41	Unidade	30		
232	Serra (segueta)	Unidade	150		
233	Sifão universal simples pia	Unidade	350		
234	Solvente 5lt	Unidade	65		
235	Talhadeira chata 5/16x12	Unidade	45		
236	Tábua de madeira para uso diverso	M²	450		
237	Tê soldável 20mm	Unidade	600		
238	Tê esgoto 100mm	Unidade	90		
239	Tê esgoto 150mm	Unidade	60		
240	Tê esgoto 50mm	Unidade	215		



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

241	Telha cerâmica modelo plan	Milheiro	71		
242	Telha cerâmica modelo plan. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Milheiro	24		
243	Telha brasilit 110x244	Unidade	250		
244	Telha brasilit 244x50	Unidade	550		
245	Tijolo 8 furos	Milheiro	67		
246	Tijolo 8 furos. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Milheiro	23		
247	Tinta acrílica 3,600ml	Galão	120		
248	Tinta acrílica a base d'água 18lt	Balde	243		
249	Tinta acrílica a base d'água 18lt. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Balde	82		
250	Tinta acrílica semibrilho 18lt	Balde	125		
251	Tinta acrílica semibrilho 3,600ml	Galão	75		
252	Tinta esmalte sintético 3,600ml	Galão	250		
253	Tinta esmalte sintético 900ml	Unidade	150		
254	Tomada elétrica conjugada	Unidade	130		
255	Tomada elétrica simples	Unidade	275		
256	Torneira plástico simples	Unidade	100		
257	Torneira bica móvel lavatório abs	Unidade	90		
258	Torneira bica móvel lavatório Metal	Unidade	45		
259	Treliças 6/4,2/4,2mm 6m	Unidade	350		
260	Trena de fibra 50m	Unidade	12		
261	Vaso com caixa acoplado	Unidade	75		
262	Vaso convencional simples	Unidade	80		
263	Veda rosca 18/25m	Unidade	125		
264	Verniz incolor para madeira, lata de 3,6lts	Galão	175		
265	Vigota 6x12cm - viga de madeira	Metro	325		
266	chapa zincada em rolo de uso geral - 100cm	Metro	210		
267	chapa zincada em rolo de uso geral - 50cm	Metro	210		
268	chapa zincada em rolo de uso geral - 60cm	Metro	210		
269	chapa zincada em rolo de uso geral - 80cm	Metro	210		
Valor Total (R\$)					

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO GERENCIADOR E ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S)

- 3.1. O órgão gerenciador será a Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Transportes.
- 3.2. São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:
- 3.3. Quantitativo por órgão participante

Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Transportes			
Item	Descrição dos Produtos	Unidade	Quantidade
1	Abraçadeira 32mm	Unidade	250
2	Alavanca 1,20 metros	Unidade	10
3	Alavanca 1,50 metros	Unidade	10
4	Arame galvanizado	Kg	225
5	Arame recozido torcido	Kg	575
6	Areia lavada fina	M ³	750
7	Areia comum	M ³	500



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

8	Argamassa 20kg ACI	Pacote	325
9	Argamassa 20kg ACII	Pacote	230
10	Arruela 3/8 zincada	Unidade	3000
11	Arruela 3/8 polida	Unidade	2000
12	Arruela 5/16 zincada	Unidade	2000
13	Arruela 5/16 polida	Unidade	1000
14	Arruela 1/2 zincada	Unidade	4000
15	Arruela 1/2 polida	Unidade	3000
16	Arruela 1/4 zincada	Unidade	1000
17	Avental de Couro para proteção Operador de Roçadeira	Unidade	20
18	Bacia para lâmina	Unidade	20
19	Vergalhão 5 mm 3/16 dob 12m	Unidade	800
20	Vergalhão 6,3 mm 1/4 dob 12m	Unidade	500
21	Vergalhão 8 mm 5/16 dob 12m	Unidade	600
22	Vergalhão 10 mm 3/8 dob 12m	Unidade	600
23	Vergalhão 12 mm 1/2 dob 12m	Unidade	600
24	Vergalhão 16 mm 5/8 dob 12m	Unidade	600
25	Barra Rosqueável 3/8 zincada 1mt	Unidade	500
26	Barra Rosqueável 3/8 polida 1mt	Unidade	300
27	Barra Rosqueável 5/16 zincada 1mt	Unidade	200
28	Barra Rosqueável 5/16 polida 1mt	Unidade	100
29	Barra Rosqueável 1/2 zincada 1mt	Unidade	1000
30	Barra Rosqueável 1/2 polida 1mt	Unidade	500
31	Barra Rosqueável 1/4 zincada 1mt	Unidade	200
32	Barro para aterro	M ³	2325
33	Barro para aterro. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	M ³	775
34	Bota de Couro	Par	100
35	Brita Tipo Seixo nº 0	M ³	400
36	Brita Tipo Seixo nº 1	M ³	150
37	Broxa para uso geral	Unidade	150
38	Cabecote de corte trimcut C42-2	Unidade	40
39	Cabo Flexível 6,0mm - 100m	Pacote	32
40	Cabo Flexível 2,5mm - 100m	Pacote	50
41	Cabo Flexível 4,0mm -100m	Pacote	35
42	Cabo Flexível 10,0mm - 100m	Pacote	15
43	Caibro de madeira 6x4cm - viga de madeira	Metro	1500
44	Caixa energia pvc 4x2	Unidade	750
45	Caixa energia pvc 4x4	Unidade	550
46	Caixa d'água polietileno - 1.000 litros	Unidade	15
47	Caixa d'água polietileno - 2.000 litros	Unidade	12
48	Caixa d'água polietileno - 5.000 litros	Unidade	12
49	Caixa d'água polietileno - 500 litros	Unidade	25
50	Caixa d'água polietileno – 10.000 litros	Unidade	8
51	Caixa descarga regulável 6/9L	Unidade	150
52	Caixa padrão monofásica	Unidade	50
53	Caixa padrão trifásica	Unidade	25
54	Caixa sifonada 1,00x1,00x50mm	Unidade	110
55	Caixa sifonada 1,50x1,50x50mm	Unidade	55
56	Cal hidratada para construção civil - 8kg	Pacote	6000
57	Cal hidratada para construção civil - 8kg. Cal hidratada para construção civil - 8kg	Pacote	2000
58	Tubo pvc esgoto 100mm 6mts	Barra	150
59	Tubo pvc esgoto 150mm 6mts	Barra	65
60	Tubo pvc esgoto 40mm 6mts	Barra	150
61	Tubo pvc esgoto 50mm 6mts	Barra	150
62	Tubo pvc esgoto 75mm 6mts	Barra	120



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

63	tubo pvc soldável 20mm 6mts	Barra	350
64	Tubo pvc soldável 25mm 6mts	Barra	175
65	Tubo pvc soldável 40mm 6mts	Barra	105
66	Tubo pvc soldável 50mm 6mts	Barra	150
67	Tubo pvc soldável 60mm 6mts	Barra	125
68	Tubo pvc soldável 32mm 6mts	Barra	50
69	Capacete de segurança com selo inmetro	Unidade	50
70	Cap pvc soldável 20mm	Unidade	100
71	Cap pvc soldável 25mm	Unidade	100
72	Cap pvc para esgoto 100mm	Unidade	50
73	Cap pvc para esgoto 150mm	Unidade	60
74	Cap pvc para esgoto 40mm	Unidade	55
75	Cap pvc para esgoto 50mm	Unidade	55
76	Carro de mão 60 lts	Unidade	40
77	Cavadeira com cabo de madeira 1,20cm	Unidade	25
78	Cavadeira Reta com cabo 1,20	Unidade	70
79	Piso Cerâmico 55x55mm, espessura 6,7mm	M ²	1350
80	Cimento CP II 50kg	Saco	6500
81	Cleats monofásico com prego	Unidade	1250
82	Cleats trifásico com prego	Unidade	750
83	Cola branca pva de 1kg	Litro	65
84	Cola silicone 280ml incolor	Unidade	150
85	Cola para cano 75kg	Unidade	150
86	Colher de pedreiro n 08	Unidade	25
87	Coluna ferro 1/4x6m	Unidade	400
88	Coluna ferro 3/8x6m	Unidade	160
89	Coluna ferro 5/16x6m	Unidade	325
90	Curva esgoto 100mm	Unidade	40
91	Curva esgoto 150mm	Unidade	40
92	Curva para eletroduto rosc. 32mm preto	Unidade	115
93	Curva para eletroduto rosc. 1/2 preto	Unidade	150
94	Curva para eletroduto rosc. 3/4 preto	Unidade	250
95	Disco de corte 7"	Unidade	500
96	Disjuntor monofásico 20A	Unidade	110
97	Disjuntor monofásico 10A	Unidade	70
98	Disjuntor monofásico 32A	Unidade	70
99	Disjuntor trifásico 63A	Unidade	70
100	Dobradiça 3-1/2 cartelada	Unidade	70
101	Dobradiça 4" cartelada	Unidade	160
102	Eletroduto corrug. 1/2 garganta 50mt	Unidade	125
103	Eletroduto corrug. 3/4 gargantas 50mt	Unidade	215
104	Eletroduto rígido 1/2 preto	Unidade	100
105	Eletroduto rígido 3/4 preto	Unidade	220
106	Eletroduto rígido 32mm preto	Unidade	350
107	Engate flexível 40mm	Unidade	150
108	Engate flexível 50mm	Unidade	175
109	Enxada com cabo larga 2.5	Unidade	150
110	Enxadão com cabo 1.20 mts	Unidade	30
111	Escada para serviço gerais 4 degraus	Unidade	10
112	Facão ponta virada 18 polegada	Unidade	25
113	Fechadura porta de ferro	Unidade	250
114	Fechadura porta de madeira	Unidade	195
115	Ferro vergalhão 3/8	Barra	375
116	Ferro vergalhão 1/4	Barra	265
117	Ferro vergalhão 5/16	Barra	300
118	Fio torcido 2x2,5 - 100mm	Pacote	85
119	Fio Nylon 3mm rolo com 100 metros	Unidade	50



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

120	Fita isolante 5m	Unidade	195
121	Gadanhos plásticos	Unidade	90
122	Haste para aterramento 1,20m	Unidade	155
123	Haste para aterramento 2m	Unidade	50
124	Janela de Ferro 1,00mx1,00m	Unidade	27
125	Janela de Ferro 1,20mx1,00m	Unidade	37
126	Janela de Ferro 1,50mx1,00m	Unidade	37
127	Janela de Ferro 2,00mx1,00m	Unidade	37
128	Joelho 20mm soldável	Unidade	1100
129	Joelho 25mm soldável	Unidade	600
130	Joelho 32mm soldável	Unidade	250
131	Joelho 40mm soldável	Unidade	150
132	Joelho 50mm soldável	Unidade	200
133	Joelho 60mm soldável	Unidade	75
134	Joelho esgoto 100mm	Unidade	150
135	Joelho esgoto 150mm	Unidade	65
136	Joelho esgoto 40mm	Unidade	175
137	Joelho esgoto 50mm	Unidade	300
138	Joelho esgoto 60mm 90°	Unidade	75
139	Joelho esgoto 75mm 90°	Unidade	75
140	Jogo de portal 2,10mx80cm	Unidade	70
141	Lâmpada led 20w	Unidade	400
142	Lâmpada led 30w	Unidade	1100
143	Lâmina Furo 20	Unidade	30
144	Lima com cabo para uso geral	Unidade	55
145	Lixa ferro 100	Unidade	300
146	Lixa ferro 150	Unidade	200
147	Lixa ferro 80	Unidade	250
148	Lixa massa 100	Unidade	850
149	Lixa massa 150	Unidade	850
150	Lixa massa 220	Unidade	750
151	Lixa massa 80	Unidade	850
152	Luminária led 20w bem	Unidade	225
153	Luminária led 40w bem	Unidade	190
154	Luva algodão pigmentada	Par	1350
155	Luva de PVC	Par	650
156	Luva esgoto 100mm	Unidade	75
157	Luva esgoto 150mm	Unidade	60
158	Luva esgoto 40mm	Unidade	125
159	Luva esgoto 50mm	Unidade	175
160	Luva lisa 20mm soldável	Unidade	650
161	Luva lisa 25mm soldável	Unidade	600
162	Luva lisa 32mm soldável	Unidade	300
163	Luva lisa 40mm soldável	Unidade	125
164	Luva lisa 50mm soldável	Unidade	75
165	Luva lisa 60mm soldável	Unidade	75
166	Luva LR 20mm soldável	Unidade	240
167	Luva LR 25mm soldável	Unidade	190
168	Luva de couro raspa	Par	850
169	Madeirite 1,10mx2,00m 10mm	Unidade	135
170	Mangueira 1/2 rolo com 100 metros	Unidade	40
171	Mangueira 3/4 rolo com 100 metros	Unidade	50
172	Mangueira 1 polegada rolo com 100 metros	Unidade	40
173	Mangueira 2 polegadas rolo com 100 metros	Unidade	40
174	Marreta oitavada 3kg - cabo de madeira	Unidade	20
175	Marreta oitavada 5kg - cabo de madeira	Unidade	13
176	Martelo de unha 27mm - cabo de madeira	Unidade	32



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

177	Massa Acrílica, para paredes, cor branca, uso interno e externo - 5kg	Galão	300
178	Massa Acrílica, para paredes, cor branca, uso interno e externo - 25kg	Balde	250
179	Massa Corrida, para paredes, cor branca, uso interno - 5kg	Galão	350
180	Massa Corrida, para paredes, cor branca, suso interno - 25kg	Balde	350
181	Pá de bico com cabo de madeira 71cm	Unidade	425
182	Pá quadrada com cabo de madeira 71cm	Unidade	20
183	Parafuso com bucha 1/2	Unidade	900
184	Pia Inox 1,00mx 0.53cm	Unidade	15
185	Pia Inox 120mx 053cm	Unidade	15
186	Pia Inox 1,40mx 053cm	Unidade	15
187	Pia Inox 1,50mx 053cm	Unidade	15
188	Picarete com cabo	Unidade	30
189	Plug LR 20mm	Unidade	350
190	Plug LR 25mm	Unidade	350
191	Porca 3/8 zincada	Unidade	3000
192	Porca 3/8 polida	Unidade	2000
193	Porca 5/16 zincada	Unidade	2000
194	Porca 5/16 polida	Unidade	1000
195	Porca 1/2 zincada	Unidade	4000
196	Porca 1/2 polida	Unidade	3000
197	Porca 1/4 zincada	Unidade	1000
198	Porta compensado lisa 2,10mx60cm	Unidade	55
199	Porta compensado lisa 2,10mx80cm	Unidade	90
200	Porta compensado trabalhada 2,10mx80cm	Unidade	60
201	Porta compensado trabalhada 2,10mx60cm	Unidade	40
202	Portão de ferro 2,00mx3,00m	Unidade	9
203	Portão de ferro 2,00mx4,00m	Unidade	15
204	Porta de ferro 2,10mx60cm	Unidade	30
205	Porta de ferro 2,10mx80cm	Unidade	40
206	Prego 15X15 - com cabeça e polido	Kg	100
207	Prego 17X21 - com cabeça e polido	Kg	100
208	Prego 18X24 - com cabeça e polido	Kg	100
209	Prego 17X27 - com cabeça e polido	Kg	100
210	Prego 19X36 - com cabeça e polido	Kg	150
211	Prego 22X42 - com cabeça e polido	Kg	70
212	Prego 25X72 - com cabeça e polido	Kg	150
213	Prego 26X72 - com cabeça e polido	Kg	300
214	Quadro de distribuição 10 disjuntor	Unidade	30
215	Quadro de distribuição 4 disjuntores	Unidade	45
216	Quadro de distribuição 6 disjuntores	Unidade	30
217	Quadro de distribuição 8 disjuntores	Unidade	30
218	Quadro de distribuição 12 disjuntor	Unidade	30
219	Redução 100x50 esgoto	Unidade	125
220	Registro esfera soldavel 20mm	Unidade	150
221	Registro esfera soldavel 25mm	Unidade	150
222	Registro de gaveta 1"	Unidade	210
223	Registro esfera soldavel 60mm	Unidade	20
224	Registro de gaveta 1/2"	Unidade	21
225	Registro de pressão 1/2" cromado	Unidade	45
226	Registro de pressão 3/4" cromado	Unidade	45
227	Rejunte Flexível 1kg	Pacote	800
228	Reparo para caixa acoplada	Unidade	75
229	Ripa de madeira	Metro	1250
230	Rolo de lã anti/respigo 23cm	Unidade	250
231	Rolo Trin-cut 41	Unidade	30
232	Serra (segueta)	Unidade	150
233	Sifão universal simples pia	Unidade	350



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

234	Solvente 5lt	Unidade	65
235	Talhadeira chata 5/16x12	Unidade	45
236	Tábua de madeira para uso diverso	M²	450
237	Tê soldavel 20mm	Unidade	600
238	Tê esgoto 100mm	Unidade	90
239	Tê esgoto 150mm	Unidade	60
240	Tê esgoto 50mm	Unidade	215
241	Telha ceramica modelo plan	Milheiro	71
242	Telha ceramica modelo plan. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Milheiro	24
243	Telha brasilit 110x244	Unidade	250
244	Telha brasilit 244x50	Unidade	550
245	Tijolo 8 furos	Milheiro	67
246	Tijolo 8 furos. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Milheiro	23
247	Tinta acrílica 3,600ml	Galão	120
248	Tinta acrílica a base d'água 18lt	Balde	243
249	Tinta acrílica a base d'água 18lt. AMPLA PARTICIPAÇÃO CONFORME ITEM 4.1.1 DO EDITAL	Balde	82
250	Tinta acrílica semibrilho 18lt	Balde	125
251	Tinta acrílica semibrilho 3,600ml	Galão	75
252	Tinta esmalte sintético 3,600ml	Galão	250
253	Tinta esmalte sintético 900ml	Unidade	150
254	Tomada elétrica conjugada	Unidade	130
255	Tomada elétrica simples	Unidade	275
256	Torneira plástico simples	Unidade	100
257	Torneira bica móvel lavatório abs	Unidade	90
258	Torneira bica móvel lavatório Metal	Unidade	45
259	Treliças 6/4,2/4,2mm 6m	Unidade	350
260	Trena de fibra 50m	Unidade	12
261	Vaso com caixa acoplado	Unidade	75
262	Vaso convencional simples	Unidade	80
263	Veda rosca 18/25m	Unidade	125
264	Verniz incolor para madeira, lata de 3,6lts	Galão	175
265	Vigota 6x12cm - viga de madeira	Metro	325
266	chapa zincada em rolo de uso geral - 100cm	Metro	210
267	chapa zincada em rolo de uso geral - 50cm	Metro	210
268	chapa zincada em rolo de uso geral - 60cm	Metro	210
269	chapa zincada em rolo de uso geral - 80cm	Metro	210

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1.A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública municipal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666, de 1993 e no Decreto Municipal nº 009/2021.

4.2. O Órgão Gerenciador deverá ser previamente consultado e autorizar a utilização da ata de registro de preço por órgão ou entidade não participante.

4.3. Caberá ao fornecedor Detentor da ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos inicialmente estimados e desde que não haja prejuízo ao atendimento das obrigações anteriormente assumidas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

4.4. As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e para os Órgãos Participantes.

4.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o Órgão Gerenciador e Órgãos Participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem.

4.6. Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.7. Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao Órgão Gerenciador.

5. VALIDADE DA ATA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

6. DA ALTERAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A ata de registro de preços poderá ser alterada mediante a substituição de marca, nos seguintes termos:

6.1.1. por solicitação do Órgão Gerenciador, se comprovado que a marca não mais atende às especificações exigidas ou se encontra fora da legislação aplicável;

6.1.2. por requerimento formal do fornecedor comprovando a impossibilidade do fornecimento, que deve ser apreciado pelo Órgão Gerenciador.

6.2. O Órgão Gerenciador somente poderá aquiescer com a substituição requerida pelo fornecedor se comprovadamente houver igualdade de condições ou vantagem para o interesse público, sendo vedada a aceitação de substituição que resulte em objeto com qualidade inferior à do objeto anteriormente ofertado, ou que caracterize descumprimento de quaisquer exigências do edital da licitação.

6.3. O indeferimento, pelo Órgão Gerenciador, da substituição de marca, não desobriga o fornecedor da obrigação de entregar a marca registrada nem o libera de eventuais penalidades por descumprimento contratual.

6.4. A qualquer tempo, cada um dos preços registrados poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os fornecedores registrados para estabelecer o novo valor.

6.5. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, nos termos previstos no inciso III do artigo 21 do Decreto Municipal nº 009/2021.

6.6. Será assegurada aos Detentores que porventura sejam reclassificados em decorrência da revisão dos preços a possibilidade de preservar sua classificação original, mediante a apresentação de oferta que iguale o preço final oferecido pelo Detentor que passaria a ocupá-la.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

7. DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

7.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 48, §1º do Decreto nº 009/2021

7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 4º, incisos XI e XII, do Decreto nº 009/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 5º, X, do Decreto nº 009/2021).

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 21 do Decreto nº 009/2021, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

8.1. O Detentor da ata de registro de preços, assegurado o contraditório e a ampla defesa, terá seu registro cancelado quando:

8.1.1. descumprir, total ou parcialmente, as condições da ata de registro de preços;

8.1.2. recusar-se ao atendimento da demanda solicitada, dentro da quantidade estimada na ata, salvo na hipótese prevista no § 2º do artigo 16, do Decreto nº 009/2021;

8.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

8.1.4. sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do artigo 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, ou que, em virtude de lei ou decisão judicial, ficar impedida de contratar com a Administração Pública.

8.1.5. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

8.2. O cancelamento de registros será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do artigo 22 do Decreto nº 009/2021.

8.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

8.3.1. por razão de interesse público; ou

8.3.2. a pedido do fornecedor.

9. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDORES REGISTRADOS

9.1. Os fornecedores incluídos nesta ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata.

9.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

9.3. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4. O fornecedor com preço registrado em Ata, após convocação do órgão interessado, deverá, no prazo de 05 (cinco) dias úteis: a) efetuar a retirada da Nota de Empenho ou instrumento equivalente; ou, b) assinar o Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Edital e na Ata de Registro de Preços.

9.4.1. Esse prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor e aceita pela Administração

9.5. O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

9.6. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em caso de igualdade de condições das propostas.

10. CONDIÇÕES GERAIS

10.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

10.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

10.3. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11 do Decreto nº 009/2021

10.4. Nos casos omissos aplicar-se-ão as disposições constantes do Decreto nº 009/2021, Decreto nº 008/2021 e da Lei nº 8.666/93

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 2 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes.

Local e data
Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022

ANEXO IV

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

CONTRATO Nº

**CONTRATO DE COMPRA Nº/....., QUE
FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE MONTES
ALTOS - MA E A EMPRESA
.....**

Ao(s) _____ dias do mês de ____ do ano de 2022, de um lado, o **MUNICÍPIO DE MONTES ALTOS - MA**, com sede na, na cidade de /Estado ..., inscrito no CNPJ sob o nº, neste ato representado pelo(cargo e nome), portador da Cédula de Identidade nº e do CPF nº, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede na, em, doravante designada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e CPF nº, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e do Decreto nº 008/2021, de 17 de fevereiro de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2022, por Sistema de Registro de Preços, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é aquisição de material de construção, elétrico e hidráulico, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Serviços Públicos e Transportes do Município de Montes Altos/MA, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Item	Descrição dos Produtos	Marca	Unidade	Quantidade	Valor em R\$	
					Unitário	Total
1						
2						
...		
Valor Total R\$						

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de ____/____/____ e encerramento em 31/12/2022, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2. O fornecimento terá início após a mediante emissão de Ordem de Fornecimento pela CONTRATANTE.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

.....

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, mediante apresentação das seguintes certidões: Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, Certidão Negativa de Débitos Estadual e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado, Certidão Negativa de Débitos Municipais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município, Certificado de Regularidade do FGTS - CRF e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

5.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

5.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.6. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.6.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

5.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

5.8. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada pelo servidor XXXXXXXXXX designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. Obrigações da CONTRATADA

10.1.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.1.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

10.1.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.1.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.1.4. comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.2. Obrigações da CONTRATANTE

10.2.1. São obrigações da CONTRATANTE:



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

10.2.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.2.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.1.3. comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.2.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.2.1.5. efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2.1.6. rejeitar, no todo ou em parte, os produtos e/ou serviços entregues fora das especificações do Termo de Referência e do Edital;

10.2.1.7. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

10.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

11.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

11.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

11.1.3. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

11.1.4. apresentar documentação falsa;

11.1.5. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

11.1.6. ensejar o retardamento da execução do objeto;

11.1.7. não manter a proposta;

11.1.8. cometer fraude fiscal;

11.1.9. comportar-se de modo inidôneo;

11.1.10. falhar ou fraudar na execução do contrato.

11.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

11.2.1. advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CONTRATANTE;

11.2.2. multa de 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução do objeto, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

11.2.3. multa de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

11.2.4. multa de 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

11.2.5. suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

11.2.6. impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, com descredenciamento no Sicafe, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais;

11.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 11.1 deste Contrato.

11.2.7. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

11.3. As sanções previstas nos subitens 11.2.1, 11.2.5, 11.2.6 e 11.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

11.4. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços, que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

11.5. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

11.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

11.6.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

11.6.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

11.6.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

11.7. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei Federal nº 9.784, de 1999.

11.8. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

11.9. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

11.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

11.12. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

11.13. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

11.14. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

11.15. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.



ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTES ALTOS
CNPJ 06.759.104/0001-60

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper o fornecimento sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, na Imprensa Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

....., de..... de 20.....

CONTRATANTE

CONTRATADO
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

CPF/MF

CPF/MF